



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Conselho Municipal de Educação

Ata nº 32/2020

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e vinte, reuniram-se por videoconferência, em virtude da Pandemia da COVID 19, os conselheiros Ana Cláudia Moraes Costa, Bárbara Bauer, Gionara Tauchen, Lisiane Kisner Silveira Torres, Melissa Osório Souza, Suzane Barros, Rita de Cássia Madruga de Souza, Tânia T. Clarindo, Vinícius Kerscher; a assessora técnica Jaqueline Micelle, a secretária Lílian Xavier Machado, presididos pela conselheira Waléria Vargas. Ausentes, por motivo justificado, as conselheiras Ana Cristina Garima e Rejane Magano. A reunião começou a leitura e aprovação da Ata 031/20. A assessora técnica, Jaqueline, informou que, segundo orientação da UNCME\RS, como já tratado em reunião anterior, o mandato pertenceria ao conselheiro de Educação e não à instituição que representa desde que isso esteja previsto em Lei Municipal. A seguir, a presidente do CME comunicou que, a pedido do Secretário de Município da Educação, senhor André Lemes, os processos das escolas Alcides Barcelos e Paulo Freire sejam tratados diretamente com ele. Em razão disso, a presidente sugeriu que se convide o secretário de Educação para a próxima reunião do Pleno, o que foi aceito por todos. A conselheira Suzane mencionou que o calendário proposto pela SMEd deverá sofrer alterações e será encaminhado ao Pleno para nova apreciação. A conselheira Tânia acrescentou que entre as principais mudanças no calendário estão a possibilidade de aulas

não presenciais para a EJA e novo período de férias entre janeiro e fevereiro de dois mil e vinte e um. A assessora técnica Jaqueline sugeriu que se contate a guarda municipal a fim de garantir a segurança da funcionária da limpeza que passará a permanecer na sede do CME a partir da próxima semana, ao que a presidente comprometeu-se a fazê-lo. A seguir, a conselheira Tânia chamou a atenção para a necessidade de todos os conselheiros estudarem o documento da UNCME\RS que orienta a flexibilização dos PPPs e Regimentos escolares, em caráter de excepcionalidade, no que se refere à avaliação. A partir desse momento, a conselheira Gionara apresentou a todos proposta de Parecer 005\2020, que trata sobre a prorrogação dos prazos de autorização das escolas particulares de Educação Infantil privadas, tendo o mesmo sido aprovado pela unanimidade do Pleno. A conselheira Rita propôs que se contate a Vigilância sanitária a fim de que possa respaldar as escolas de Educação Infantil privadas no que se refere à atualização dos alvarás. A conselheira Rita também informou que a Associação das escolas Particulares de Educação Infantil realizou uma reunião e que solicita ao CME a elaboração de um calendário diferenciado das demais escolas da rede municipal. Embora a conselheira Rita considere desnecessária tal solicitação, como representante da Associação neste Conselho é seu dever repassar as demandas existentes. Também destacou que grande parte das escolas particulares de Educação Infantil manifestam seu desejo de retornar às atividades presenciais e solicitam o registro de tal solicitação. A conselheira Bárbara mencionou que a preocupação da maioria dessas escolas é a dificuldade no pagamento dos encargos sociais sem que as mesmas possam retornar às atividades presenciais. A conselheira Suzane sugeriu que as escolas procurem auxílio nas esferas estadual e federal quanto a

ajude de crédito para que possam honrar com seus compromissos. A conselheira Tânia lembra que o retorno às atividades presenciais de todas as escolas está vinculado à emissão de Decreto Municipal para esse fim. A assessora técnica sugeriu que a Associação das Escolas Particulares faça essa reivindicação ao Prefeito Municipal, uma vez que essa não seria atribuição do CME. A presidente concordou com a sugestão da assessora técnica. A conselheira Rita agradeceu a atenção do Pleno do CME para a questão trazida e reitera que sua função é repassar as solicitações da Associação, como sua representante neste Conselho de Educação e esclareceu que a Associação das Escolas Particulares procura contatar todas as escolas de Educação Infantil autorizadas para tomarem parte no grupo por entender que as escolas associadas fazem um diferencial na atividade que exercem. A conselheira Bárbara ressaltou que a Associação sente-se ouvida pelo Conselho de Educação e destaca o diálogo existente entre ambas as instituições. Esgotada a pauta da reunião e nada mais havendo a tratar, eu, Lílian Xavier Machado, lavro a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pela presidente.

Lílian Xavier Machado

Secretária do CME

Waléria Vargas Buseti

Presidente do CME